

PORCIÚNCULA, José Tomás da

*pres. MA 1890; pres. RJ 1892-1894; dep. fed. RJ 1895-1896; sen. RJ 1897-1901.

José Tomás da Porciúncula nasceu em Petrópolis (RJ) no dia 25 de dezembro de 1854, filho de Tomás José da Porciúncula e de Francisca Guilhermina de Paula Porciúncula.

Estudou no Colégio Pedro II e ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1872. Formou-se em 1878 e foi orador da turma. Depois de formado, passou a clinicar em Petrópolis. Ainda durante o Império filiou-se ao Clube Republicano, presidido por Joaquim Saldanha Marinho, fundou uma seção da agremiação em Petrópolis e elegeu-se deputado provincial para a legislatura 1884-1885. Nesse mandato, formou ao lado de Antônio Luís Santos Werneck, antigo membro do Partido Conservador e recente adepto do republicanismo, a primeira oposição republicana da Assembleia Provincial do Rio de Janeiro. Nas eleições para o biênio 1886-1887, os dois deputados lançaram um manifesto no qual declaravam: “Quem votar em nós, votará nas nossas ideias: somos republicanos”. Nesse pleito, Porciúncula foi reeleito, e Santos Werneck, não. Durante seus dois mandatos, além do republicanismo, defendeu o abolicionismo.

Quando o marechal Deodoro da Fonseca, sustentado por setores do Exército e por civis, instalou o regime republicano em 15 de novembro de 1889, era um dos nomes mais fortes para assumir o governo do estado do Rio de Janeiro. Seu prestígio político fundava-se em sua atuação como “republicano histórico” e no fato de possuir fortes bases eleitorais em vários municípios fluminenses. Foi, porém, preterido, e Francisco Portela tornou-se o presidente fluminense, por influência de Quintino Bocaiúva. Possivelmente como uma compensação política, o presidente Deodoro da Fonseca o nomeou presidente do estado do Maranhão, na sucessão de Francisco Frazão Muniz Varela. Foi nomeado por decreto de 31 de dezembro de 1889 e em 7 de julho de 1890 demitiu-se do posto, transmitindo-o a Augusto Olímpio Gomes de Castro.

De volta ao estado do Rio, tornou-se opositor do governo de Francisco Portela por

discordar das medidas tomadas por este, que favoreciam seu poder pessoal em detrimento da corrente republicana fluminense. Depois da vitória dos candidatos de Portela nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte em setembro de 1890, defendeu junto com outros republicanos históricos, tendo em vista a eleição para a Assembleia Constituinte estadual em 1891, a união de sua corrente com a do Partido Republicano Moderado, agremiação formada por antigos monarquistas dos partidos Liberal e Conservador. Diante de nova vitória governista, liderada por Portela e apoiada pelo presidente Deodoro da Fonseca, convocou um congresso dos republicanos fluminenses de oposição a Portela. Esse congresso aprovou a proposta de reorganização dos republicanos do estado sob a bandeira do Partido Autonomista Fluminense, que defendia “a emancipação do município dentro do estado e do estado dentro da União”, como afirmou a imprensa da época.

Em 3 de novembro de 1891, sofrendo contestações no parlamento, o presidente Deodoro da Fonseca fechou o Congresso Nacional. Vinte dias depois, uma revolta da Esquadra obrigou-o a renunciar e a transferir o governo ao vice-presidente Floriano Peixoto. Diante desse conturbado quadro político, no dia 10 de dezembro de 1891, Francisco Portela, importante aliado de Deodoro, renunciou à presidência do estado do Rio de Janeiro, por não ter mais apoio do poder federal. Nesse processo, Carlos Baltasar da Silveira assumiu o governo estadual, apoiado por Floriano.

A nova administração, que procurou desmontar a rede política criada por Portela, baseada no clientelismo e no alijamento de grande parte da corrente republicana fluminense, fechou o Congresso estadual e revogou a Constituição republicana fluminense de 1891. Convocadas eleições para uma nova Constituinte estadual em janeiro de 1892, saiu vitoriosa a chapa apoiada pelo governo, e Porciúncula, aliado político de Baltasar da Silveira, foi eleito presidente da Assembleia. A nova Constituição do estado do Rio de Janeiro foi promulgada em 9 de abril de 1892, e, nessa data, Baltasar da Silveira foi eleito presidente provisório do estado, já que novas eleições para o Legislativo e o Executivo estaduais foram marcadas para o dia 24 do mesmo mês. Porciúncula foi então eleito presidente do estado do Rio de Janeiro, pela primeira vez através do voto da população, e

assumiu o governo em 3 de maio seguinte.

Seu governo marcou o início da hegemonia do Partido Republicano Fluminense (PRF) na política estadual, já que, após a derrubada de Francisco Portela e findo o governo de transição de Carlos Baltasar da Silveira, o poder político do estado passou às mãos dos setores majoritários da oligarquia fluminense. No plano nacional, Porciúncula e o presidente Floriano Peixoto apoiaram-se mutuamente. Durante a Revolta da Armada, levante de oposição a Floriano que se estendeu de setembro de 1893 a março de 1894, sob a chefia do almirante Custódio de Melo e mais tarde do almirante Luís Filipe Saldanha da Gama, envolvendo a Esquadra fundeada na baía de Guanabara, Porciúncula lutou contra os revoltosos na cidade de Niterói, e por essa atuação ganhou honras de general de brigada, conferidas pelo presidente. Como Niterói sofreu com intensos distúrbios durante o conflito, a Assembleia Legislativa decidiu transferir a capital do estado para Petrópolis, base política de Porciúncula. A transferência foi efetuada em fevereiro de 1894 e a volta da capital para Niterói só aconteceria em 1903, sob imposição do recém-eleito presidente do estado Nilo Peçanha (1903-1906).

Na sucessão estadual de 1894, Porciúncula apoiou Joaquim Maurício de Abreu, um de seus vice-presidentes e também membro do PRF. Maurício de Abreu venceu em todo o estado, menos em Niterói, onde o antigo presidente Francisco Portela conseguiu mais votos.

Em 1895 Porciúncula foi eleito deputado federal na vaga aberta pelo falecimento do então deputado Francisco Santiago. Permaneceu na Câmara dos Deputados até o final da legislatura, em 1896. Ainda nesse ano foi nomeado pelo presidente Prudente de Moraes (1894-1898) ministro plenipotenciário no Uruguai. Ocupou o cargo por poucos meses e, de volta ao Rio de Janeiro, participou da reorganização do PRF, no qual sua liderança foi consolidada em oposição à facção chefiada por Lourenço Maria de Almeida Batista, o barão de Miracema. Em 1897 foi eleito senador. No Senado, foi membro da Comissão de Finanças.

Foi um dos fundadores da Sociedade Médica e Cirúrgica do Rio de Janeiro e diretor e coproprietário da Casa de Saúde São Sebastião.

Faleceu em Petrópolis no dia 28 de setembro de 1901.

Foi casado com Luísa de Melo Franco.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; ASSEMB. LEGISL. RJ.. Disponível em:
<http://www.alerj.rj.gov.br/memoria/historia/gov88975/jose_porciuncula.html>.

Acesso em: 10/3/2011; CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. *Relatório do presidente do estado do Maranhão José Tomás Porciúncula*, Disponível em:

<<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u412/000001.html>>. Acesso em: 23/2/2011; COL. BRAS. GENEALOGIA. Disponível em:

<http://www.cbg.org.br/arquivos_genealogicos_r_02.html>. Acesso em: 10/3/2011;

FERREIRA, M. *República*; LACOMBE, L. *Chefes*.